



REGULAMENTO DA INTERBOLSA N.º 2/2010 – Altera o Regulamento da Interbolsa n.º 3/2000, relativo às regras operacionais gerais de funcionamento dos sistemas centralizados de valores mobiliários.

Ao abrigo do disposto no artigo 89.º do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 32.º do Regulamento da CMVM n.º 14/2000, e de acordo com as competências que lhe são atribuídas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 18.º, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, ambos do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, o Conselho de Administração da INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (INTERBOLSA), deliberou aprovar o seguinte regulamento:

Artigo 1.º

São alterados os artigos 8.º, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 7, 14.º, n.º 1, alínea b) e 63.º, n.ºs 1, 2, 3, 5, alínea b) e n.º 6, bem como a epígrafe do Capítulo II, do Título VII do Regulamento da Interbolsa n.º 3/2000, os quais passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 8.º

(...)

1. Sempre que as entidades emitentes de valores mobiliários integrados na Central quiserem receber, através desta, nos termos do n.º 3 do artigo 85.º do Código dos Valores Mobiliários e do artigo 30.º do Regulamento da CMVM n.º 14/2000, informação sobre a identificação dos detentores da totalidade ou de parte desses valores, bem como a quantidade que cada um detenha, devem solicitar por escrito à INTERBOLSA, com a antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data a que a informação se deve reportar (denominada data de registo), que promova a recolha e envio dessa informação.
2. A INTERBOLSA, até ao segundo dia útil imediatamente anterior à data de registo, solicita aos intermediários financeiros a informação mencionada no número anterior, reportada a essa mesma data.
3. A INTERBOLSA, no início do dia correspondente à data de registo, disponibiliza aos intermediários financeiros a discriminação dos saldos das suas contas na Central, correspondente à posição do final do dia útil imediatamente anterior.
4. Os intermediários financeiros devem, até ao dia útil seguinte à data de registo, fornecer à INTERBOLSA, nos termos que por esta venham a ser definidos, a informação solicitada nos termos do n.º 2.
5. Recebida a informação nos termos do número anterior, a INTERBOLSA procede ao controlo e, desde que tal tenha sido acordado com a entidade emitente, ao tratamento da informação referida no número anterior, enviando-a à entidade emitente, até ao terceiro dia útil subsequente à data de registo.
6. (...)



7. Em casos pontuais, devidamente fundamentados, pode a INTERBOLSA alterar os prazos referidos nos números anteriores.

Artigo 14.º

(...)

1. (...)

a) (...)

b) Indicação da quantidade de valores mobiliários emitida e, se existir, o respectivo valor nominal, a forma de representação dos valores mobiliários, eventuais direitos e obrigações especiais ou privilégios da respectiva categoria de valores e eventuais limites à titularidade dos valores mobiliários a inscrever, bem como, sendo caso disso, do período de subscrição;

c) (...)

d) (...)

e) (...)

2. (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

3. (...)

CAPÍTULO II - Alteração da quantidade de valores mobiliários emitida sem modificação do capital social ou do montante da emissão

Artigo 63.º

(...)

1. Sempre que a entidade emitente decida proceder à alteração da quantidade de acções representativas da totalidade do seu capital social sem modificação deste, deve comunicar esse facto com pelo menos quinze dias úteis de antecedência relativamente à data em que pretende que sejam efectuados os procedimentos descritos nos números seguintes, prestando à INTERBOLSA, no prazo que para o efeito for fixado, todas as informações necessárias.

2. A operação de alteração da quantidade das acções emitida referida no presente artigo não é precedida de um período de interrupção técnica, salvo se as circunstâncias da operação o justificarem, aplicando-se, em qualquer caso e com as devidas adaptações, o disposto no artigo 52.º.

3. No dia fixado para a realização da operação referida no presente artigo, a INTERBOLSA aplica o factor de conversão deliberado pela entidade emitente às acções que se encontrem registadas nas contas dos intermediários financeiros, reflectindo nessas contas o respectivo resultado.



4. (...)

5. (...)

a) (...)

b) Estabelece com a entidade emitente o plano de entrega no Cofre da Central dos títulos definitivos resultantes da operação realizada, sendo que, as acções serão tratadas como escriturais até à entrega no Cofre da Central dos respectivos títulos.

6. Sempre que, pela realização da operação de alteração da quantidade de acções emitida sem modificação do capital social, houver lugar ao pagamento de contrapartida financeira, deve a entidade emitente indicar à INTERBOLSA um intermediário financeiro filiado que assegure todas as movimentações financeiras, cabendo à INTERBOLSA definir os demais procedimentos necessários.

Artigo 2.º

O presente Regulamento entra em vigor em 14 de Junho de 2010.

Interbolsa

O Conselho de Administração